



Érika Dias, CHAM/UNL

Título da Comunicação: *Correspondência política entre oficiais régios e instituições centrais da Coroa no último quartel de Setecentos*

Resumo: O trabalho enfatizará a correspondência trocada entre os governadores de Pernambuco nas décadas finais do século XVIII, José César de Meneses e D. Tomás José de Melo, e as instituições centrais responsáveis pela governação do império: Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar e Conselho Ultramarino.

A fim de compreender as relações entre os poderes centrais e os locais, visto que, a visão das instituições centrais da monarquia portuguesa do que seria considerado relevante era diferente do que aparentemente seria o interesse dos vassallos ultramarinos, se nos basearmos pela documentação enviada das partes para Lisboa e da resposta das instituições centrais aos seus agentes da governação na capitania. O estudo dessa comunicação direta entre o secretário e os oficiais na capitania revelou o tom das medidas que o secretário procurava implementar, negociar e/ou impor em um período recheado de mudanças políticas tanto em Portugal, quanto no Brasil. E qual o papel assumido pelo Conselho Ultramarino neste final de século no que respeita a Pernambuco.

Sobre a função dos oficiais régios no mundo colonial português, os governadores em especial, nos séculos XVII e XVIII, foi levado em conta os trabalhos de Maria de Fátima S. Gouveia e os estudos de Nuno Gonçalo F. Monteiro e Mafalda Soares da Cunha, que identificaram o papel instrumental dos cargos de governo ultramarino na estruturação da elite cortesã portuguesa. Ao longo do período colonial brasileiro, a Coroa pôde se utilizar de uma complexa política de concessão de cargos na constituição de um grupo mais intimamente ligado a ela, consolidando, assim, um núcleo seletivo de famílias, através das recompensas que recebiam, e que não apenas davam sustentação política e institucional à própria Coroa, mas que também eram capazes de formular práticas e soluções que viabilizassem a presença e a imposição da soberania portuguesa em territórios tão vastos e díspares do império português.

Neste contexto de mudanças do período pós-pombalino, queremos destacar os mandados e avisos de Martinho de Melo e Castro, secretário de Estado de D. José I e um dos principais ministros de D. Maria I e as consultas do Conselho Ultramarino. Isto porque um dos elementos capitais para o desenvolvimento e a coesão do império ultramarino português foi a escrita. Ressaltam-se aqui as cartas do ministro para o

governador José César de Meneses e D. Tomás de Melo, no período em questão (1775-1799) e os papéis do Conselho Ultramarino.

Palavras-chave: correspondência, administração colonial, poderes, agentes da governação.